A ATUAÇÃO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA NO COMBATE À INDISCIPLINA

GISLENE GOMES NUNES

RESUMO

O presente estudo reflete sobre os impactos da indisciplina escolar na saúde emocional e na prática docente, evidenciando como a ausência de limites, a apatia dos estudantes e a falta de respaldo institucional afetam diretamente a motivação dos professores e a qualidade do ensino. A pesquisa aborda ainda as limitações na formação inicial dos docentes, que muitas vezes não contempla discussões teóricas e práticas sobre os desafios cotidianos da profissão, como a gestão de sala de aula e o enfrentamento da indisciplina. Apoiado nas contribuições de Paulo Freire, o texto defende uma educação baseada no diálogo, na autonomia, na afetividade, no respeito e na criatividade, promovendo o protagonismo do aluno e a corresponsabilidade no processo de aprendizagem. Destaca-se a necessidade de uma formação docente contínua, crítica e problematizadora, bem como a criação de políticas públicas que valorizem o educador e contribuam para a construção de um ambiente escolar mais democrático, acolhedor e significativo. Por fim, o artigo aponta que uma pedagogia motivadora deve partir da realidade do aluno, articulando teoria e prática de modo a desenvolver sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação social.
Palavras-chave: Professor; Aluno; Indisciplina.

INTRODUÇÃO

A indisciplina no ambiente escolar tem se mostrado uma das principais preocupações de educadores, gestores e estudiosos da área da educação. Esse fenômeno, cada vez mais presente nas salas de aula, revela-se como um desafio complexo e multifatorial, que afeta diretamente o processo de ensino- aprendizagem, a convivência escolar e, sobretudo, o bem-estar emocional e profissional dos professores. Comportamentos desafiadores, agressividade, apatia e ausência de limites por parte dos alunos são elementos que, quando recorrentes, geram desgaste, frustração e desmotivação no cotidiano docente.

Nesse cenário, observa-se que muitos professores não apenas enfrentam dificuldades para manter a ordem e o engajamento dos estudantes, como também se sentem isolados, sem apoio institucional e despreparados para lidar com as diversas manifestações da indisciplina. Parte desse despreparo pode ser atribuído a lacunas na formação inicial e continuada, que muitas vezes deixam de abordar de forma crítica as questões práticas e emocionais que envolvem o exercício da docência. Como apontado por autores como Tiba (1996) e Freire (1996), compreender o comportamento do aluno exige sensibilidade, escuta ativa e uma abordagem pedagógica que vá além da simples aplicação de normas e punições.

Diante disso, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a indisciplina escolar e o papel do professor no enfrentamento dessa realidade. Para tanto, considera-se a importância de práticas educativas pautadas no diálogo, na empatia, na afetividade e na valorização do saber prévio do aluno, conforme a perspectiva freiriana. Busca-se, assim, evidenciar a necessidade de uma formação docente mais humanizada, problematizadora e socialmente comprometida, capaz de contribuir para a construção de um ambiente escolar mais justo, democrático e propício ao desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

MOTIVAÇÃO DO PROFESSOR NO COMBATE A INDISCIPLINA

Diante do elevado índice de indisciplina presente no ambiente escolar, observa-se um significativo desgaste emocional e profissional por parte do professor. Esse desgaste contribui diretamente para a desmotivação

do educador, que, frequentemente, encontra-se em situação de vulnerabilidade frente a comportamentos agressivos, à ausência de limites por parte dos alunos e à apatia generalizada. Essa realidade, cada vez mais comum em diferentes níveis de ensino, tem implicações sérias para a qualidade do processo educativo e para a permanência de professores na carreira.

A presença constante de comportamentos desafiadores por parte dos alunos, aliados à falta de respaldo institucional, afeta profundamente o equilíbrio psíquico do professor. Estudos recentes têm apontado que a indisciplina figura entre os principais fatores de estresse no exercício da docência, contribuindo para quadros de exaustão física e mental, baixa autoestima profissional, sentimentos de impotência e até mesmo transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão. A sala de aula, que deveria ser espaço de diálogo e construção coletiva do conhecimento, torna-se, para muitos docentes, um ambiente hostil e emocionalmente desgastante.

A ausência de limites por parte dos estudantes, muitas vezes associada à desestruturação familiar e à falta de coesão nas normas disciplinares da própria escola, amplia os desafios enfrentados pelo educador. Além disso, a apatia generalizada, expressa na desmotivação, no desinteresse e na resistência ao aprendizado, compromete o engajamento dos alunos e fragiliza ainda mais a relação pedagógica. Nessa conjuntura, o professor, já sobrecarregado por múltiplas demandas administrativas e pedagógicas, vê-se isolado e sem estratégias eficazes para lidar com tais adversidades.

É fundamental compreender que o enfrentamento da indisciplina não pode recair exclusivamente sobre o professor. Trata-se de uma problemática sistêmica, que exige ações articuladas entre gestores, famílias, comunidade escolar e políticas públicas. Investir em formação continuada, em espaços de escuta e apoio psicológico para os docentes, bem como em práticas pedagógicas que valorizem a participação e o protagonismo estudantil, são caminhos essenciais para a reversão desse quadro.

Portanto, refletir sobre o impacto da indisciplina na saúde emocional do professor é também repensar o modelo atual de escola, suas relações de poder, suas formas de organização e seus objetivos formativos. Um ambiente escolar saudável e acolhedor é condição indispensável não apenas para o bem-estar dos educadores, mas, também para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

A desmotivação do professor pode também se iniciar já na faculdade, em se tratando de currículo, pois um aspecto conflitante se dá quanto o conteúdo abordado nas universidades.

Tais saberes incluem, inclusive, a capacidade de lidar com desafios decorrentes da indisciplina, da desmotivação pessoal e da desmotivação dos próprios alunos. Esse cenário evidencia a ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre a educação no contexto das instituições de ensino superior. O aspecto preocupante é que o educador dispõe de poucas oportunidades para discutir, em âmbito teórico, as dificuldades enfrentadas em sua prática cotidiana.

Tais fatos podem ser ilustrados pela desmotivação de alguns profissionais da educação, descontentes por diversos fatores, dentre eles, a indisciplina dos alunos.

Diante do exposto, a formação docente deve ser concebida como um processo dinâmico, pautado pela problematização crítica da realidade e sustentado por uma perspectiva social ampliada. Nesse contexto, é fundamental superar modelos tradicionais de formação, centrados na mera reprodução de saberes técnicos e desvinculados das dimensões sociais, culturais e políticas da prática educativa. A problematização, enquanto abordagem metodológica e epistemológica, favorece o desenvolvimento de uma postura reflexiva e investigativa por parte do professor em formação, estimulando-o a compreender os múltiplos fatores que atravessam o cotidiano escolar e a atuar de forma ética, crítica e transformadora.

De acordo com os PCNs (1998):

É preciso desenvolver políticas de valorização dos professores, visando a melhoria das condições de trabalho e de salário, assim

como é igualmente importante investir na sua qualificação, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade, ou seja, um ensino mais relevante e significativo para os alunos. Para isso, é necessário criar mecanismos de formação inicial e continuada que correspondam às expectativas da sociedade em relação ao processo de aprendizagem, estabelecendo metas a curto e longo prazos, com objetivos claros, que permitam avaliar, inclusive, os investi mentos. (BRASIL, 1998, p. 38)

Essa perspectiva dialógica e crítica permite que o futuro educador reconheça a escola como espaço de produção de sentidos, de enfrentamento de desigualdades e de promoção da justiça social. Ao articular teoria e prática por meio da análise de situações concretas, a formação docente torna-se, assim, um campo de construção coletiva de saberes, capaz de responder aos desafios

contemporâneos da educação e de contribuir para a consolidação de uma prática pedagógica comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a transformação da sociedade.

As mudanças no campo da formação de professores não deverão partir apenas da tomada de consciência dos formadores, mas também, partir dos estudantes, a fim de aumentar a bagagem teórica e sua habilidade prática para utilizá-la nos diferentes contextos, com os quais vai se deparar, haja vista a realidade na escola ser dinâmica e diversa.

A qualidade e o sucesso da escola dependem, dentre outros fatores, da formação do docente, das condições de trabalho, como remuneração, recursos didáticos, número de alunos por sala, elementos primordiais à profissionalização do magistério. É importante ressaltar que um professor bem preparado, mas sem recursos materiais enfrentará uma diversidade de restrições ao cumprimento de sua tarefa.

O estímulo dos professores é uma questão importante na dinamização das aulas, é preciso meios de estimulá-los na busca de metodologias que levem os alunos a refletirem sobre os conteúdos e seus propósitos, capazes de motivá- los, possibilitando o diálogo em sala de aula, aproveitando informações traxidas por eles, relacionadas ao seu cotidiano como forma de orimizar a aprendizagem.

Nesse sentido, os PCNs (1998) destaca:

Os ideais de construção de uma sociedade mais igualitária, com liberdade de expressão, e as evidências do insucesso no aproveitamento escolar tiveram fortes repercussões no meio educacional. Questionaram-se os valores culturais e sociais vigentes que orientavam a escolha e o tratamento dos conteúdos. O papel do professor e do aluno passaram a ser revistos. O respeito às necessidades individuais e o trabalho cooperativo passaram a ser o grande lema. (BRASIL, 1998, p. 37)

Metodologias que organizem conhecimento adqueirido conhecimento inferiorizado, prévio também é uma forma de dinamizar as aulas, canalizando a energia do aluno para a reflexão.

Além disso, há o compromisso de buscar novas formas de trabalho pedagogico mais adequadas ao presente contexto cultural para a criação de novos motivos escolares para todos os alunos.

Na situação escolar, Tiba (1996) nos coloca que o professor está sujeito a encarar situações deparando-se com alunos apontados como indisciplinados, rebeldes, apáticos ou preguiçosos. Tais indivíduos geralmente são punidos de acordo com regras estabelecidas pela escola e até mesmo pelo próprio professor. Essa afirmação suscita reflexões importantes sobre os modos como a indisciplina tem sido historicamente compreendida e tratada nas instituições de ensino, bem como sobre o papel que o professor assume diante dessas ocorrências.

A rotulação de comportamentos como “indisciplina”, “rebeldia” ou “apatia” tende a reforçar uma perspectiva reducionista, que desconsidera os múltiplos fatores sociais, emocionais e culturais envolvidos na dinâmica escolar. Muitas vezes, tais comportamentos são interpretados como desvios individuais, ignorando-se o contexto em que ocorrem e as possíveis falhas estruturais do próprio ambiente educativo. Nessa lógi-

ca, a punição surge como resposta imediata, orientada por uma lógica normativa que pouco contribui para a compreensão das causas subjacentes ao comportamento dos estudantes.

É preciso considerar que os alunos não são sujeitos neutros, mas indivíduos inseridos em realidades complexas, marcadas por desigualdades, conflitos familiares, problemas socioeconômicos e experiências diversas que impactam diretamente sua relação com o ambiente escolar. Assim, o comportamento tido como "inadequado" pode ser, na verdade, uma forma de expressão diante de um sistema que muitas vezes não os acolhe, não os escuta e não reconhece suas particularidades. Nesse sentido, a prática punitiva pode agravar ainda mais a exclusão, o desengajamento e o sentimento de inadequação por parte do estudante.

Nesse contexto, o papel do professor se mostra crucial. Mais do que um agente repressor ou regulador de condutas, o docente deve ser um mediador de conflitos e um facilitador do processo educativo, capaz de promover um ambiente de diálogo, respeito e escuta ativa. Para isso, torna-se necessário que a formação docente contemple aspectos relacionados à gestão de sala de aula, à inteligência emocional e à compreensão do comportamento humano, de modo a fornecer subsídios para uma atuação mais empática e reflexiva.

Além disso, a construção de uma disciplina que seja dialógica e participativa exige o envolvimento de toda a comunidade escolar. A definição de

normas e valores deve ser fruto de um processo coletivo, no qual os estudantes tenham voz ativa e compreendam o sentido das regras estabelecidas. Isso contribui para a criação de um clima escolar mais democrático, onde os sujeitos se reconheçam como corresponsáveis pelo bom funcionamento das relações dentro do espaço educativo.

Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de repensar as concepções tradicionais de autoridade. O modelo autoritário, ainda presente em muitas práticas pedagógicas, parte do pressuposto de que o professor deve manter o controle absoluto da turma, utilizando-se de estratégias coercitivas para garantir a ordem. No entanto, essa abordagem tende a gerar resistência e distanciamento, fragilizando os vínculos entre professores e alunos. Em contraposição, uma autoridade baseada no respeito mútuo e na construção de relações de confiança mostra-se mais eficaz para o estabelecimento de um ambiente propício à aprendizagem.

Cabe também destacar que a indisciplina não deve ser vista apenas como um problema a ser eliminado, mas como um fenômeno que pode revelar importantes demandas dos estudantes e aspectos do funcionamento da escola. Ao invés de silenciar ou ignorar essas manifestações, é necessário interpretá- las criticamente, como sinais que indicam a necessidade de mudança nas práticas pedagógicas, nas políticas institucionais e na própria concepção de ensino.

Assim, torna-se evidente que a resposta à indisciplina não se resume à aplicação de sanções ou à simples reprodução de normas. Exige-se uma postura investigativa por parte do educador, comprometida com a compreensão do contexto e das subjetividades envolvidas. A escola, por sua vez, deve se constituir como espaço de acolhimento e transformação, onde o diálogo, a escuta e o respeito à diversidade sejam pilares fundamentais da convivência.

Portanto, é urgente que as instituições de ensino avancem na construção de uma cultura escolar mais humanizada, que valorize as relações interpessoais e promova o desenvolvimento integral dos estudantes. Para isso, é imprescindível que o professor assuma um papel ativo, crítico e sensível, capaz de perceber que os comportamentos desafiadores muitas vezes escondem histórias, dores e resistências que merecem ser compreendidas e acolhidas. Nesse processo, a formação continuada e o suporte institucional são elementos

centrais para que o docente possa enfrentar os desafios da indisciplina com responsabilidade, consciência e compromisso ético.

Freire (1996) introduz ideias de forma de a fornecer seus pensamentos no processo de ensinar e aprender: com autonomia, com respeito, com integridade e com criatividade.

A educação, na concepção de Paulo Freire

(1996), é um ato profundamente humano, ético e político. Ao discutir o processo de ensinar e aprender, Freire introduz princípios fundamentais que devem orientar a prática docente: autonomia, respeito, integridade e criatividade. Esses elementos constituem a base de uma pedagogia emancipadora, comprometida com a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade e capazes de transformá-la. Mais do que transmitir conteúdos, educar significa criar condições para que os educandos possam se tornar autores de suas próprias histórias, desenvolvendo-se integralmente em diálogo com o mundo.

A prática educativa que promove a autonomia rompe com modelos tradicionais de ensino baseados na memorização e na passividade. Em seu lugar, propõe-se um processo dialógico, em que o professor não é o único detentor do saber, mas um mediador que reconhece o conhecimento prévio dos estudantes e o utiliza como ponto de partida para novas aprendizagens. Essa postura implica também a valorização do erro como parte do processo formativo e o estímulo à tomada de decisões conscientes, à argumentação e à participação ativa dos estudantes em sua trajetória escolar.

Promover a autonomia significa, portanto, acreditar na capacidade do outro de pensar por si mesmo, de questionar, de propor e de agir com responsabilidade. Essa crença é essencial para que a educação cumpra seu papel social de formação cidadã e de promoção da justiça e da liberdade.

Outro princípio essencial na pedagogia freiriana é o respeito. Ensinar com respeito significa reconhecer o outro em sua dignidade, história e identidade. No ambiente escolar, isso se traduz em práticas que acolhem a diversidade, promovem o diálogo e rejeitam qualquer forma de autoritarismo, discriminação ou silenciamento.

Para Freire (1996), não há ensino sem respeito à autonomia do educando. O verdadeiro educador é aquele que escuta, que dialoga, que reconhece o saber do outro como legítimo, mesmo quando diverge de suas próprias convicções.

Essa escuta ativa cria um ambiente de confiança, no qual o estudante sente-se valorizado e motivado a participar do processo de aprendizagem de forma significativa.

A pedagogia da criatividade rompe com o currículo rígido, com as metodologias padronizadas e com a ideia de que há apenas uma forma “correta” de aprender. Ao contrário, ela valoriza as múltiplas inteligências, as linguagens expressivas, as produções culturais e as experiências dos estudantes como insumos para a aprendizagem. O professor criativo é aquele que ousa experimentar novas estratégias, que promove projetos interdisciplinares, que integra arte, ciência, tecnologia e vida cotidiana ao processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, a criatividade está diretamente associada à capacidade de imaginar alternativas e de propor soluções inovadoras para os problemas sociais. Ao estimular essa dimensão nos estudantes, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados, capazes de pensar o novo e de agir com responsabilidade em prol do bem comum.

Dessa maneira, na opinião de Freire (1996), com afetividade, considera ser possível possibilitar um ensino de maneira a levar o aluno ao crescimento sem, no entanto, desprezar seu saber anterior aos bancos escolares. A afetividade, portanto, não pode ser dissociada do processo de ensino- aprendizagem. Ela atua como elemento mobilizador do interesse, da confiança e da abertura ao conhecimento. O vínculo afetivo entre professor e aluno, baseado no respeito mútuo e na empatia, fortalece o processo educativo e cria um ambiente propício à aprendizagem significativa. Freire reconhece que a relação pedagógica é também uma relação humana, e como tal, deve ser atravessada por sentimentos, valores e sentidos.

Ao respeitar o saber anterior do aluno, o educador demonstra sensibilidade para com sua história, sua cultura e suas formas de expressão. Trata-se, em última instância, de uma pedagogia do compromisso com a dignidade do ser humano e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A motivação em ensinar resulta no respeito à dignidade, a autonomia, a ética, a curiosidade e a inquietude do aluno. Ao professor cabe propor ao aluno

momentos de buscas, de experiências, de-

pertando nos sujeitos o gosto pelo aprender. Nesse contexto, a tarefa do educador é, essencialmente, a de estimular a participação ativa dos alunos, fomentando neles o gosto pelo aprender e pela descoberta. Para isso, é indispensável reconhecer que a motivação não pode ser imposta de fora para dentro. Ela precisa ser despertada a partir do engajamento real dos estudantes com o conteúdo, com o ambiente escolar e com os próprios objetivos de aprendizagem. Tal engajamento ocorre, sobretudo, quando os conteúdos trabalhados são significativos, isto é, quando dialogam com a realidade vivida pelos alunos e se conectam com seus interesses, saberes prévios e aspirações.

A motivação para aprender está intrinsecamente relacionada ao modo como o sujeito se percebe no processo educativo: se ele é respeitado, ouvido e valorizado em sua singularidade, tende a se engajar de maneira mais autêntica nas atividades escolares. Nessa lógica, ensinar é mais do que apresentar conteúdos; é criar condições para que o aluno sinta-se parte de um projeto coletivo de construção de conhecimento. Ao propor atividades que envolvam investigação, experimentação e resolução de problemas reais, o professor contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, estimulando a curiosidade como elemento propulsor da aprendizagem.

Respeitar a autonomia do educando implica permitir que ele tenha voz, que tome decisões sobre sua aprendizagem, que formule hipóteses, que questione e que reconstrua seus conhecimentos a partir do erro e da reflexão. Esse processo exige do professor não apenas domínio técnico-científico, mas também sensibilidade pedagógica para identificar os interesses, dificuldades e potencialidades dos estudantes. A motivação, nesse cenário, emerge como resultado de um processo pedagógico que respeita a ética da responsabilidade, que compreende a educação como prática da liberdade e que recusa práticas autoritárias, verticalizadas e descontextualizadas.

Ao despertar a curiosidade e a inquietude dos alunos, o professor os convida a olhar o mundo com mais atenção, a formular perguntas, a buscar respostas e a interpretar criticamente os fenômenos que os cercam. A escola, então, deixa de ser um local de mera reprodução de saberes e passa a ser um espaço de criação, de transformação e de emancipação. O ato de aprender deixa

de ser um fardo e passa a ser um exercício prazeroso e significativo, no qual o sujeito se percebe autor de sua própria trajetória.

Para que a motivação se consolide como eixo estruturante da prática pedagógica, é fundamental que o professor assuma conscientemente o papel de facilitador da aprendizagem. Isso não significa abdicar da autoridade pedagógica, mas sim utilizá-la de forma ética e dialógica, colocando-a a serviço da construção coletiva do conhecimento. A autoridade do professor, nesse modelo, está ancorada no respeito mútuo, na escuta ativa e na confiança que ele é capaz de estabelecer com os estudantes.

Para despertar o gosto pelo aprender, é necessário que o ambiente escolar seja permeado por práticas que valorizem a experimentação, a pesquisa, o trabalho colaborativo e o protagonismo estudantil. Projetos interdisciplinares, metodologias ativas, uso de tecnologias digitais, saídas pedagógicas e atividades culturais são exemplos de estratégias que contribuem para tornar o processo educativo mais dinâmico, inclusivo e conectado com os desafios contemporâneos.

Além disso, é importante que o professor esteja comprometido com sua própria formação continuada. A atualização profissional, a reflexão constante sobre a prática e a disposição para aprender com os alunos e com os colegas são atitudes que fortalecem o desenvolvimento de uma pedagogia motivadora e transformadora. O professor que aprende continuamente inspira seus estudantes a fazerem o mesmo, criando um ciclo virtuoso de aprendizagem contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina escolar, longe de ser um fenômeno isolado ou de responsabilidade exclusiva do professor, reflete uma série de fatores sociais, culturais, emocionais e institucionais que atravessam o cotidiano das escolas. Sua presença recorrente evidencia

fragilidades na estrutura educacional, na formação docente e nas práticas pedagógicas, afetando não apenas o desempenho dos alunos, mas também o bem-estar físico e emocional dos educadores. Nesse contexto, a superação da indisciplina requer um olhar

sensível, crítico e coletivo, que considere o aluno como sujeito ativo, dotado de saberes, experiências e potencialidades.
O papel do professor, portanto, deve ser ressignificado: não como agente controlador ou repressor, mas como mediador do conhecimento, facilitador da aprendizagem e promotor de relações baseadas no respeito, na escuta e no diálogo. A valorização do saber prévio dos estudantes, a promoção da autonomia, a afetividade nas relações pedagógicas e a construção de um ambiente escolar inclusivo e participativo são aspectos essenciais para uma educação comprometida com a transformação social, como propõe Paulo Freire. Portanto, o enfrentamento da indisciplina exige ações articuladas entre escola, família, comunidade e poder público. Investir em uma educação mais humana, dialógica e crítica é condição indispensável para garantir o direito de aprender com dignidade, bem como para fortalecer a permanência e a motivação dos professores na carreira. Somente assim será possível construir uma escola mais democrática, onde ensinar e aprender sejam atos verdadeiramente emancipadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
TIBA, Içami. Disciplina: limite na medida certa. São Paulo: Editora Gente, 1996.